



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM ETNODESENVOLVIMENTO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA - PA
TURMA FLEXIBILIZADA NO CAMPUS MARAJÓ-SOURE
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE - FACETNO**

MARIA BEATRIZ PORTILHO MACIEL

**TEMA: A PESCA DO MAPARÁ (*Hypophthalmus edentatus*)
PRINCIPAL ATIVIDADE PESQUEIRA DA COMUNIDADE DO RIO BAIXO
ANAPU, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI**

**IGARAPÉ-MIRI/PA.
2021**

MARIA BEATRIZ PORTILHO MACIEL

**A PESCA DO MAPARÁ (*Hypophthalmus edentatus*)
PRINCIPAL ATIVIDADE PESQUEIRA DA COMUNIDADE DO RIO BAIXO
ANAPU, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada e Bacharel em Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Moura.

IGARAPÉ-MIRI- PA
2021

MARIA BEATRIZ PORTILHO MACIEL

**A PESCA DO MAPARÁ (*Hypophthalmus edentatus*)
PRINCIPAL ATIVIDADE PESQUEIRA DA COMUNIDADE DO RIO BAIXO
ANAPU, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada e Bacharel em Etnodesenvolvimento, Faculdade de Etnodiversidade Campus Universitário de Altamira da Universidade Federal do Pará.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Gustavo Goulart Moreira Moura
Orientador

Prof^a. Dr^o Cristiano Wellington Norberto Ramalho
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Francilene de Aguiar Parente
Examinadora

ALTAMIRA- PA
2020

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar agradecer a Deus pela força e saúde para enfrentar as inúmeras dificuldades.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) por ter criado um curso específico aos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais que, busca um diálogo entre os saberes teóricos e os conhecimentos tradicionais em especial a faculdade de Etnodiversidade, pela oportunidade concedida a mim para representar meu coletivo dentro da universidade e a universidade dentro de minha comunidade.

Ao Curso de Etnodesenvolvimento por proporcionar-me obter e transmitir novos conhecimentos sobre meu coletivo e também em relação a minha visão de mundo.

Agradeço a todos os professores que fazem parte do corpo docente da Faculdade de Etnodiversidade pelos conhecimentos repassados, por toda dedicação e carinho.

Ao meu orientador professor Dr. Gustavo Goulart Moreira Moura por todo carinho, confiança, paciência e dedicação a este trabalho.

Agradeço ao meu amigo Luilson Wanzeler, que realizou minha inscrição para que eu pudesse fazer todas as fases do Processo Seletivo Especial e muito me apoiou para que eu continuasse estudando.

A minha querida mãe, Maria de Lourdes Portilho Maciel, a quem me refiro com muito amor e devoção, pois com sua garra me permitiu chegar até aqui, sempre esteve comigo em minhas tomadas de decisão e me deu forças para continuar.

Agradeço ao meu amado pai, Benedito Lopes Maciel, que mesmo diante das dificuldades nunca nos deixou que faltasse seu carinho e nos ensinou que o respeito ao próximo é o melhor caminho a ser trilhado.

Aos meus irmãos e irmãs que sempre acreditaram em mim e que nos momentos de angústias e desespero me motivavam a prosseguir.

Agradeço ao meu esposo, Gilvan Almeida Quaresma, que desde o princípio lutou muito para que eu pudesse concluir essa graduação, mesmo com receio de ficar sozinho com o nosso filho pequeno, aceitou o desafio e nas horas de doenças, tristezas e saudades aguentava firme até que pudéssemos estar juntos novamente.

Aos meus colegas de turma, Quilombolas, pescadores (as), extrativistas, agricultores (as) e as minhas grandes amigas Águeda Monteiro, Conce Santos, Rubiane Cardoso e Deise Magalhães que fizeram parte de minha trajetória durante esses quatro anos de curso, onde construímos uma amizade verdadeira que levarei para minha vida toda.

Agradeço aos interlocutores e interlocutoras que durante meus tempos comunidades contribuíaam e disponibilizaram-se a falar sobre seus conhecimentos.

A minha comunidade, pelo apoio e confiança.

A todos que de alguma forma contribuíaam para minha formação, meu muito obrigada!

O tempo é um rato roedor das coisas que as diminui ou altera no sentido de lhe dar outro aspecto. [...]
Há, nos mais graves acontecimentos, muitos pormenores que se perdem,
Outros que a imaginação inventa
Para suprir os perdidos, e nem por isso a história morre.

Machado de Assis, Esaú e Jacó.

RESUMO

Este plano de ação é uma construção de diálogos intercientíficos entre a comunidade e a Universidade, criado a partir das demandas coletivas da comunidade do rio baixo Anapu, interior do município de Igarapé-Miri. O principal objetivo é reformular junto aos pescadores do baixo Anapu os acordos de pesca do mapará, na perspectiva de amenizar conflitos e fomentar o uso coletivo, a prática sustentável e a conservação dos recursos pesqueiros. A construção deste plano de ação deu-se a partir de pesquisas realizadas durante os Tempos Comunidades (TC), discussões com os colegas e professores durante os Tempos Universidades (TU), diálogos durante a reunião com os comunitários, observações participantes e levantamentos bibliográficos. Conforme as pesquisas realizadas em minha comunidade de pertença, a pesca artesanal é a mais importante fonte de alimentação e renda para as famílias. Desde o declínio dos engenhos na região do Baixo Tocantins em 1987, o agricultor comercial que tinha a pesca como atividade de subsistência passa a ser pescador comercial e agricultor por subsistência. Porém, na década de 1980, a pesca artesanal sofre uma grave crise após a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí às margens do rio Tocantins, causando a diminuição da produção do pescado, ocasionando disputas/conflitos entre ribeirinhos e pescadores, havendo a necessidade da criação dos chamados acordos de pesca, um conjunto de regras estabelecidas pela comunidade. Neste sentido, propõe-se com este plano de ação definir o uso e acesso dos recursos comuns da pesca do mapará de maneira coletiva e sustentável, como importante instrumento de Etnodesenvolvimento, reforçando a importância cultural, alimentar, geração de renda e sobretudo autonomia sobre seus territórios.

Palavras-chave: Acordos de pesca, alimentação e renda, pesca do mapará, instrumento de etnodesenvolvimento.

ABSTRACT

This action plan is a construction of interscientific dialogues between the community and the University, created from the collective demands of the community of the Lower Anapu River, in the interior of the municipality of Igarapé-Miri. The main objective is to reformulate the Mapará fishing agreements with fishermen from the lower Anapu, with a view to alleviating conflicts and promoting collective use, sustainable practice and the conservation of fishery resources. The construction of this action plan was based on research carried out during the Times Communities (TC), discussions with colleagues and professors during the Times Universities (TU), dialogues during the meeting with community members, participant observations and bibliographic surveys. According to research carried out in my community of belonging, artisanal fishing is the most important source of food and income for families. Since the decline of plantations in the Lower Tocantins region in 1987, the commercial farmer who used fishing as a subsistence activity has become a commercial fisherman and a subsistence farmer. However, in the 1980s, artisanal fishing suffers a serious crisis after the construction of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant (UHE) on the banks of the Tocantins River, causing a decrease in fish production, causing disputes/conflicts between riverside dwellers and fishermen. need for the creation of so-called fisheries agreements, a set of rules established by the community. In this sense, it is proposed with this action plan to define the use and access of the common resources of the Mapará fisheries in a collective and sustainable manner, as an important instrument of Ethnodevelopment, reinforcing the importance of cultural, food, income generation and, above all, autonomy over its territories.

Keywords: Fishing agreements, food and income, Mapará fishing, ethnodevelopment instrument

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ- MIRI	16
2.1 Origem do município	17
2.2 Sesmaria	17
2.3. Caracterização da Comunidade Rio Baixo Anapu.	21
3. A PESCA DO MAPARÁ NA COMUNIDADE DO RIO BAIXO ANAPU	24
4. PROBLEMÁTICA.....	29
5. JUSTIFICATIVA	36
6. OBJETIVO:.....	39
6.1 -Objetivo geral.....	39
6.2- Objetivos específicos.....	39
7. METAS:	39
8. METODOLOGIA	39
8.1. Detalhamento das Metas do Plano de Ação	39
8.1.1. Meta 01: Promover Parcerias	39
8.1.2. Meta 02: Oficinas.....	40
8.1.3. Oficina I: Conhecimentos tradicionais da pesca como práticas de etnoconservação ..	41
8.1.4. Oficina II: Territorialidade e os desafios da prática de etnoconservação.	41
8.1.5. Oficina III: Mapeamento	42
8.1.6. Meta 03: (Re) Formulação de um novo acordo de pesca.....	42
8.1.7. Meta 04: Assembleia para aprovação do novo acordo	43
8.1.8. Meta 05: Monitoramento.....	44
9. CRONOGRAMA DE EXECUSÃO DO PLANO DE AÇÃO	Erro! Indicador não definido.
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA) da Faculdade de Etnodiversidade que compõe os cursos de Etnodesenvolvimento e Educação do Campo, Campus de Altamira, visa formar Etnoeducadores (as) que atuarão dentro ou a partir de suas comunidades de pertença, com o intuito de contribuir com a gestão e organização de seus territórios, em ações relacionadas ao planejamento, implantação, acompanhamentos e avaliações de políticas públicas, projetos e programas educacionais para suas realidades.

De acordo com Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a graduação em Etnodesenvolvimento, além de se basear no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, deve atentar para o fato de que o público-alvo a que se destina (povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais) requer que essa indissociabilidade se dê de maneira diferenciada da que se aplica aos demais discentes da UFPA. Para tanto, um dos conceitos que devem nortear o curso é o de multiculturalismo.

Na turma de 2016, estamos representando nossas comunidades tradicionais por alunos de várias pertenças: extrativistas de três municípios (Muaná, Breves e Currealinho); de agricultores e agricultoras familiares de um município (Igarapé-Miri); pescadores e pescadoras de dois municípios (Igarapé-Miri e Santo Antônio do Tauá), e quilombolas de três municípios (Barcarena, Baião, Gurupá e Salvaterra).

O Curso de graduação em Etnodesenvolvimento é baseado na pedagogia da alternância, períodos entre vivência e permanência na universidade e na família e comunidade. Segundo Jesus (2010), trata-se de uma educação ligada à vida, à cultura, ao trabalho, à política e à cidadania necessária para repensar as práticas pedagógicas nas escolas localizadas no campo. Ademais, o autor ressalta que:

A proposta de um projeto diferenciado é desatado pela educação do campo, porque tem a preocupação de proporcionar a formação sem desvincular o aluno do campo, do seu meio familiar e cultural, trabalhar os confrontos dos saberes científicos com os saberes cotidianos na interface dos diferentes espaços. (JESUS, 2010, p.9).

Desta forma, a proposta pedagógica da alternância implica num método adequado para discentes pertencentes a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pelo fato de trabalhar não somente a lógica dos conteúdos, mas sim a lógica do aluno, o seu contexto social. Isso porque visa à promoção de alternativas de desenvolvimento e bem-viveres por meio da formação que será oferecida aos educandos. A alternância ajuda o aluno a conhecer e

valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos (Ibidem).

No curso de etnodesenvolvimento a alternância ocorre por meio dos Tempos Universidades (TUs), momentos em que participamos de aulas presenciais com os docentes do curso na universidade, dialogando saberes científicos e tradicionais, e dos Tempos Comunidades (TCs), quando retornamos a nossos territórios para produzir conhecimentos junto ao nosso coletivo, onde somos doutores do nosso conhecimento e práticas.

Os TCs são levantamentos realizados a respeito dos modos de vida em nossa comunidade e tem importante papel no diagnóstico das ameaças e potencialidades existentes na comunidade. Sistematizados e discutidos no tempo universidade, estes levantamentos nortearão os eixos temáticos das próximas disciplinas.

O Projeto Pedagógico do Curso está organizado em um eixo, Diversidade Cultural, e oito núcleos: Sistemas de Saúde; Educação; Direitos Humanos; Sociedade e Meio Ambiente; Identidades, Nação e Território; Linguagens Étnicas; Desenvolvimento e Sustentabilidade; Atividades Complementares. Todos os núcleos são organizados a partir de atividades curriculares nas modalidades de: disciplinas obrigatórias; atividades complementares; estágios supervisionados; vivências de ensino, pesquisa e extensão, distribuídas em oito períodos letivos, além do Plano de Ação.

Partindo da minha trajetória de vida ligada a pesca, onde desde meus sete anos de idade, estive presente ajudando meus pais junto com minhas irmãs para garantir o sustento da nossa família que vinha principalmente da pesca do peixe e do camarão; vivenciando as dificuldades, os conhecimentos e os saberes que envolve essa importante prática, minha pretensão sempre foi estudar (já que tínhamos muitas dificuldades de acesso à escola) e mais tarde escrever a respeito dos modos de vida de minha pertença, considerando os elementos que fazem parte da nossa convivência de vida enquanto comunidade pesqueira, desde a confecção dos petrechos de pesca, à captura do pescado.

Com o desejo de lutar por uma formação em um curso superior, estive presente nas discussões dos movimentos sociais ligados a igreja católica, participando de encontros representando a juventude pescadora, auxiliando minha mãe nos trabalhos como secretária de base da Colônia dos Pescadores do município, buscando em todos os meios uma oportunidade, já que o acesso a informação era precário.

Em 2015, soube por um amigo que estava aberto o Processo Seletivo Especial (PSE) para o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da UFPA, na modalidade intervalar, Campus Soure/Marajó. Confesso que nem sabia como chegar nesta

cidade, mas o sonho era maior que o medo do desconhecido. Fui, então, inscrita pelo mesmo amigo, passei por todas as etapas do processo seletivo e consegui ingressar na Universidade, apoiada pelos meus pais, que mesmo temerosos me incentivaram; por amigos próximos e, meu esposo que sempre me encorajou a realizar esse sonho.

O curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento me ensinou mais do que um dia eu poderia imaginar. Entre as alternâncias na Universidade, pude compartilhar experiências e saberes tradicionais a respeito de minha pertença (pesca) e aprender com os demais colegas que também partilhavam de seus conhecimentos em sala de aula. Dentro desse universo de conhecimento é importante sublinhar a sabedoria tradicional, que é o verdadeiro núcleo intelectual e prático por meio da qual nossas comunidades se apropriam da natureza, mantêm-se e reproduzem-se ao longo do tempo. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2009, p.40):

Para compreender de maneira adequada os saberes tradicionais, é então necessário entender a natureza da sabedoria local, que se baseia em uma complexa inter-relação entre as crenças, os conhecimentos e as práticas. A natureza se concebe, valoriza e representa sob seus domínios visíveis e invisíveis. As sabedorias tradicionais baseiam-se nas experiências que se têm sobre o mundo, seus feitos e significados, e sua valorização de acordo com o contexto natural e cultural onde se desdobram. Os saberes (ambientais) são então uma parte ou fração essencial da sabedoria local.

Essa interação entre os saberes tradicionais a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito de nossas comunidades tradicionais transmitidas de gerações em gerações, baseia-se em um conjunto de crenças, conhecimentos, práticas e revela um extraordinário organismo de memorização, formação e manutenção de lembranças, que as comunidades tradicionais chamam de código de “memória”.

Nesse sentido, pude aprender com minha turma (de diferentes pertenças), a partir do compartilhamento de experiências vivenciadas, sobre suas diferentes culturas, alguns de seus desafios, dificuldades e potencialidades e de forma individual. Aprendi refletindo sobre as experiências vivenciadas durante os TCs e TUs a valorizar ainda mais meu coletivo, a nossa cultura e nossas formas de viver.

Para se chegar a construção do Plano de Ação, realizei quatro tempos comunidade, sendo o primeiro no mês novembro de 2016, o segundo em março de 2017, o terceiro em outubro de 2017 e o quarto em abril de 2018, necessários para o levantamento e aprofundamento de informações quanti e qualitativas. A técnica de coleta de dados partiu de questionários, perguntas previamente elaboradas pelos professores do Curso de Etnodesenvolvimento e entrevistas abertas que para Boni e Quaresma é denominada como:

Uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante. (BONI; QUARESMA, 2005, p.74).

Segundo os autores, essa técnica atende principalmente finalidades exploratórias, quando se deseja obter maior informação sobre determinado tema, onde o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema proposto pelo entrevistador.

As narrativas para registros dos dados foram desenvolvidos com 38 moradores locais de diferentes idades e gênero, entre eles 3 crianças, 2 adolescentes, 3 jovens, 20 adultos e 10 idosos. Todas as entrevistas gravadas tiveram consentimentos prévios dos entrevistados, as transcrições das entrevistas foram feitas de maneira integral, incluindo o que foi dito e exatamente do modo como foi dito.

Nesse trabalho várias técnicas de coleta de dados foram utilizadas, entre elas a pesquisa participante, que surge da realidade da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos no processo, sendo considerado suas experiências e interpretações de seus modos de vida em diferentes dimensões e interações. De acordo com Brandão (2013, p. 5) é:

Uma das modalidades em que há um envolvimento dialógico e de destinação tão amplo quanto possível, e em que os “sujeitos pesquisados” são também essencialmente co-autores e co-atores de todo o seu acontecer, sendo também os seus destinatários únicos ou prioritário.

De acordo com Brandão os “sujeitos pesquisados” são protagonistas de suas próprias histórias, sendo eles personagens da vida real, tais como são vividas e pensadas pelo grupo com quem interagem.

A pesquisa autoetnográfica também foi um método de investigação empregada, atualmente segundo, Ellis, Adams e Bochner, citados por Cano e Opazo (2004, p.149), apud Santos e Biancalana, a autoetnografia comumente diz respeito a um modo de pesquisa em que se busca “valorizar a experiência do pesquisador através da descrição e análise sistemática para a maior compreensão dos aspectos do contexto ao qual pertence ou em que participa.

Devido ao fato de valorizar a experiência do pesquisador sem desvincular suas impressões e intensões da pesquisa, compreende-se que elementos autobiográficos se fazem presentes no método autoetnográfico, apresentando-se também como parte do seu foco de estudo, assumindo um viés crítico a respeito do assunto/objeto ou temática em questão. A partir dessa compreensão Versiane (2002, p. 67) diz:

É através da aproximação entre estas reflexões teóricas sobre a construção de autobiografias e etnografias, e da implícita alteração do papel do teórico/crítico literário e do antropólogo diante destas formas discursivas que acredito ser possível fundamentar o conceito da autoetnografia. Uma alternativa conceitual útil a pesquisadores da cultura preocupados em superar uma série de dicotomias predominantes na reflexão teórica dedicada tanto às autobiografias e quanto às etnografias, aqui denominadas escritas de construção, de selves: o Mesmo versus o Outro, subjetividade versus alteridades, individual versus coletivos, Sujeitos versus Objetos, etc.

Utilizou-se também como metodologia a pesquisa-ação, que em oposição à pesquisa tradicional, busca unir a pesquisa à ação ou prática. Segundo Engel (2000) é uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta. Na interpretação do autor, constitui no olhar de dentro para fora, onde o pesquisador e a pessoa pesquisada assumem os dois papéis complementares, estão diretamente envolvidas na prática e em seu próprio desenvolvimento. Também sobre essa metodologia Franco (2005, p.486) enfatiza que:

A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo. Daí a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo. É também por isso que tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante a participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos.

Durante os TC's, inúmeras foram minhas descobertas a respeito do meu coletivo, mesmo fazendo parte dele. Uma delas é a de que há um universo de saberes guardados em cada interlocutor, deixados por nossos ancestrais por meio da oralidade, repassados de uma geração para a outra e criados a partir de suas necessidades de adaptação ou adquiridas ao longo do tempo por meio de observações e práticas.

Dentro da constante dinâmica de assumir os dois papéis complementares (de pesquisador e de participante do meu coletivo), durante o 3º tempo comunidade (TC), em meio as trocas de experiências e conhecimentos, a partir dos questionários ligados a disciplina de etnoecologia, pude perceber a preocupação nos relatos dos interlocutores relacionados a diversos temas. Entre os temas mais importantes citados, o desmatamento, o secamento dos rios e a poluição da água teriam como consequência a escassez de variados tipos de peixes, em especial do mapará, o mais consumido pelos moradores. Observamos que essa escassez causava muitos conflitos entre os próprios pescadores.

Deste modo, a alternância entre universidade e comunidade, tiveram papel fundamental na construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pois, permitiram-me conhecer, valorizar ainda meu coletivo e despertou-me o desejo de criar junto com a comunidade, um plano de ação, na perspectiva de contribuir com alternativas para o melhoramento de qualidade de vida e de nosso bem viver, controlando as ameaças do desenvolvimento capitalista que suprime as nossas potencialidades existentes, impedindo que sejamos protagonistas do nosso desenvolvimento.

Entre tantas motivações em escrever a respeito da pesca, estava a questão do pertencimento, viver diretamente ligada às práticas típicas das áreas ribeirinhas, sendo impulsionada pela importância e sentidos que nos caracteriza como pescadores artesanais, que diferente da pesca industrial, realiza o manejo dos recursos naturais de maneira simples, dispensa o uso de tecnologias sofisticadas, cuja preparação dos apetrechos na maioria das vezes é feita pelos próprios pescadores utilizando-se de recursos locais, além dos saberes adquiridos através da observação da natureza, no caso das mares, dos ventos, das fases da lua, a localização dos pesqueiros (chamados pelo nosso coletivo de poços de peixe), que expressam nossa íntima relação com a natureza. Esse nosso entendimento de pesca artesanal coaduna com o de Diegues (1995), que a caracteriza a partir de conhecimentos sobre o meio de exploração, as condições de marés, o uso e manipulação dos apetrechos de pesca e a identificação dos pesqueiros.

Neste sentido, o primeiro passo foi a reunião realizada no dia 01.10.2018 com a comunidade para ouvir as sugestões de temas. Como mencionado acima, surgiram temas como a poluição da água e o desmatamento, porém o tema escolhido foi sobre a pesca do mapará. Nessa primeira etapa, a proposta do coletivo era de que pudessemos produzir uma cartilha para falar dos acordos de pesca da comunidade e sua importância. No entanto, conversando com meu orientador, chegamos à conclusão que não seria o bastante para amenizar os conflitos decorrentes dos acordos já existentes.

Nessa perspectiva, este plano de ação pretende reformular junto aos pescadores o acordo de pesca do mapará no rio Anapu, onde os recursos pesqueiros possam ser geridos de maneira coletiva, considerando a importância da conservação e da prática sustentável, possibilitando a continuidade dessa atividade de grande valor social, econômico e cultural para a comunidade.

Nesse primeiro item, fez-se a introdução apresentando o curso de Etnodesenvolvimento e o meu percurso formativo dentro deste curso que desembocaram na escolha deste plano de ação. Em seguida, faço a contextualização do município e do lócus de

pesquisa, percorrendo pelo tema, seguido da problemática, justificativa, considerando as informações adquiridas durante os TCs.

Após a justificativa, tem-se o objetivo geral e específicos do Plano de Ação, metas e metodologia utilizadas e descritas nas fases do projeto. Em seguida apresenta-se o cronograma de ações e, por fim, as considerações finais.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ- MIRI

O termo "Igarapé-Miri" é uma referência ao rio homônimo que banha a cidade (Figura 1). Traduzido do tupi "Igarapé-Miri" significa "Caminho de Canoa Pequena", através da junção dos termos ygara (canoa), pé (caminho) e mirim (pequeno) (LOBATO, 1985).



Figura 1: Visão panorâmica da Cidade de Igarapé-Miri.

Fonte: Railson Wallace (2016).

Igarapé-Miri é um município do estado do Pará, atualmente conhecido como a Capital Mundial do Açaí por ser o maior produtor e exportador do fruto no mundo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) aponta que o município chega a produzir 305,6 mil toneladas, equivalente a 28% da produção nacional.

Esse importante município localizado na margem direita do rio homônimo, na zona fisiográfica Guajarina, região do Baixo Tocantins, pertence a Messorregião do Nordeste Paraense, Microrregião de Cametá (IBGE, 2008), e tem como municípios limítrofes ao norte

Abaetetuba, a leste Moju, ao sul Mocajuba e a oeste o município de Cametá e Limoeiro do Ajuru.

O município de Igarapé-Miri dista 78km da capital do estado (Belém) e possui uma área de 1.996,790 km², altitude de 17m, população de 60.994 habitantes (IBGE, 2017) e densidade demográfica 29 habitantes/km². Os distritos de Igarapé-Miri são Maiauatá, Anapu, Alto Meruú, Pindobal, Meruú Açú, Caji e Panacauera.

2.1 Origem do município

Firmados definitivamente as bases do domínio português na Amazônia, expulsos de vez os invasores britânicos, batavos e franceses das fortificações que haviam construído ao longo das vastas áreas do litoral, foi possível a penetração dos colonos, em maior escala nas zonas até então pouco exploradas. Atravessando os mais inóspitos caminhos a procura de terras férteis e de fortuna fácil, o colonizador começou a fincar os alicerces das inúmeras propriedades fabris e rurais, de que falam as crônicas do século XVII. As cartas de sesmaria concedidas por El-Rei às pessoas de bons haveres, prodigalizaram a vários desses benefícios meio de fortuna rápida (LOBATO, 1985).

No reinado de Dom João, no lugar onde é hoje a cidade de Igarapé-Miri, foi construída uma fábrica nacional para beneficiamento de madeiras, que daí eram exportadas para Belém em abundância e das melhores qualidades. Das Fábricas Nacionais da Província do Grão Pará, a de Igarapé-Miri foi a que mais se desenvolveu, concorrendo para isso o fato de estar situada em terrenos planos, solidos e férteis, que se estendiam desde o Rio Santana de Igarapé-Miri, pelo centro até o Rio Itamimbuca, numa distância de légua e meia. (Ibidem, 1845).

2.2 Sesmaria

João Melo de Gusmão conseguiu em 1º de outubro de 1710 do governador Capitão General do Maranhão, Cristovão da Costa Freire, a cessão de duas léguas de terra em Igarapé-Miri. As terras cedidas pelo governador ao João Melo de Gusmão abrangiam o terreno onde se localizava a Fábrica Nacional, uma das mais importantes da época, construída durante o século XVII para o beneficiamento de madeira.

De acordo com Lobato (1985), este ato do governador em favor de quem não residia sequer nos terrenos cedidos causou grande descontentamento entre os posseiros, agricultores e comerciantes ali estabelecidos. Com inúmeros prejuízos, eles dirigiram suas reclamações ao

então governador, que não os atendeu, sendo a “Sesmaria” confirmada pelo rei Dom João V em 20 de janeiro de 1714.

A demarcação da Sesmaria, requerida por João Melo de Gusmão, foi contestada por diversos posseiros que exigiam elevadas indenizações pelas benfeitorias existentes nos terrenos, sendo, por isso, João Melo de Gusmão obrigado a vender-lhes parte das terras. Coube a Jorge Valério Monteiro, português, agricultor e comerciante, comprar exatamente a parte onde era localizada a Fábrica Nacional (LOBATO, 1985).

Em 1730, João Paulo de Sarges Barros adquiriu a propriedade que antes pertencia a Jorge Valério Monteiro, que continuou a festejar Nossa Senhora Santana com a mesma devoção de antes e maior pompa, mandando abrir uma grande área nas vizinhanças da capela onde anualmente eram feitas cerca de uma centena de barracas para acolher quem comparecia as festas ali celebradas.

Tinha João Paulo de sarges Barros, um filho de nome igual ao seu, que estudava para ser padre, cujo empenho e desejo era que, ordenando-se viesse a ser um dia o vigário de sua adorada igreja, a qual fez entrega ao Bispo Dom Frei Miguel de Bulhões, que pela “Pastoral” de 29 de dezembro de 1752 a ergueu em Paróquia calada, cujo o patrimônio foi construído dois anos depois pelo fundador. Da Paróquia Calada de Igarapé-Miri, foi seu primeiro vigário, conforme o desejo de seu pai, o Reverendo Padre João Sarges de Barros, que ali veio a falecer em 1777 (Ibidem, 1985).

Neste sentido, a fundação da Paróquia de Santana de Igarapé-Miri deu à freguesia novos elementos (grandeza e prosperidade) de vida e desenvolvimento. Os costumes da época e a poderosa influência religiosa do século XVIII bem justificavam a prosperidade da Freguesia depois da elevação da Igreja de Santana à categoria de Paróquia Calada (LOBATO, 1985).

Lobato diz que, como freguesia, sob a inovação de Nossa Senhora de Santana, viu Igarapé-Miri proceder-se a independência do Brasil de Portugal. O decreto Legislativo número 113, de 16 de outubro de 1843, foi sancionado pelo Coronel José Thomas Henrique, a elevação à categoria de Vila a Freguesia de Igarapé-Miri, denominada Vila de Santana de Igarapé-Miri (Ibidem, 1985).

Como o decreto de Lei nº 113 de 16 de outubro de 1843 estabelece a exigência da construção da casa para câmara e cadeia, a fim de que fosse tornada efetiva a elevação da freguesia a vila. Só a 26 de julho de 1845 teve lugar essa cerimônia depois de satisfeita aquela exigência. Essa data até hoje constitui feriado municipal e representa dia da festa maior para

os filhos da terra. Dia em que não só os que permanecem como residentes locais, senão também os que já se ausentaram, fazem-se presente a fim de festejar a magna data.(LOBATO, 1845).

Igarapé-Miri foi elevada a categoria de cidade pela lei Estadual nº. 438, de 23 de maio de 1895, por preposição do então Deputado Vitório Gonçalves de Castro, homologada pelo Governador de Estado Dr. Lauro Sodré. Este ato, veio concretizar as aspirações do povo igarapemiriense e reafirmar a confiança depositada em seu líder Deputado Vitório Gonçalves de Castro, que muito bem o representou. (Ibdem,1845).

Esse município também foi palco de uma das mais importantes atividades econômicas: a indústria aguardenteira, que contribuiu como mola mestra para o seu desenvolvimento. Os engenhos de cana para a fabricação de aguardente foram introduzidos no Pará, a partir do século XVII, mas nos anos entre 1920 e 1987 se encontravam nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba. Só Abaetetuba, que tinha um número menor de engenhos, produzia o equivalente a 60.000 toneladas de cana em 1966, subindo para 182.000 toneladas em 1972. No censo de 1970 existiam 75 estabelecimentos nos dois municípios ligados ao sistema canavieiro (SANTIAGO, 2013).

Segundo mesmo autor, entre os anos 1927 e 1975 a indústria canavieira da Amazônia nasceu, viveu o seu apogeu e faliu nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba, tendo concentrado um grande poder econômico e gerando mais 2.000 empregos diretos e indiretos.

Em 1950 a 1960 acontece a expansão e apogeu das indústrias canavieira no município de Igarapé-Miri, cuja produção era tão intensa e volumosa que as compras de cachaça eram realizadas a vista, com dinheiro vivo. O aumento da procura pela cachaça fez com que os donos de engenhos aumentassem sua produção de cana-de-açúcar, alcançando o número máximo de cortes possíveis, mantendo a produção dos roçados por mais tempo, para que pudessem produzir e atender a demanda do mercado. Nesse sentido, Santiago (2013, p. 17) enfatiza que:

O aumento da demanda de cachaça pode ser entendida como o uso mais intenso do capital já existente no setor industrial, que fez crescer a ¹ e alambicagem mais assíduas; foi neste período que os engenhos locais descobriram a técnica da mistura da “garapa doce” com a “sorapa” resíduo de destilação que diminuía o ph do líquido alcoólica, o que diminuiu o tempo de fermentação de 08 para 03 dias, o que permitia uma produção maior com o mesmo número de dornas. Agora, para atender a demanda quase triplicada, os engenhos tiveram que conseguir equipamentos com maior capacidade de trabalho do que a dos que já existiam e a necessidade de montar

¹ Embarcações de grande ou médio porte que percorria os rios e igarapés da Amazônia trocando alimentos, utensílios e outros gêneros por produtos naturais tirados da floresta, que atingiam alto valor nos mercados das grandes cidades.

novos engenhos e isso acabou realmente ocorrendo, pois nesse período surge na região o maior número de engenhos em funcionamento.

É importante destacar que o capital adquirido pelos donos de engenhos resultou do próprio ciclo de negócio, com a expansão dos regatões¹ que compravam e vendiam mercadorias às populações que moravam as margens dos rios. Porém, nos anos de 1975 a 1987 os engenhos começam a entrar em declínio, a partir da concorrência com os produtos vindos de fora, como a cerveja e outras cachaças do sudeste e nordeste que já vinham prontas, com acesso proporcionado pelos motores a diesel, abertura e asfaltamento de estradas que facilitavam o abastecimento dos comércios da cidade e do interior, dispensando a intermediação dos regatões que aos poucos perderam seu espaço.

Com a minguança do número de regatões, os engenheiros foram forçados a deixarem o mercado informal, que não era fiscalizado pelo Estado, para entrar no mercado formal, no qual não estavam adaptados, enquanto que produtores de outras regiões já se encontravam totalmente inseridos e devidamente adaptados. O mercado formal era diferente do informal, pois possuía mais exigências quanto a higiene do engarrafamento e em relação a presença de selos nas garrafas; quer dizer, os impostos eram recolhidos. Com o passar do tempo fica mais difícil driblar a lei, como estavam acostumados a fazer dentro do mercado informal, sem terem problemas com os fiscais da saúde e do Tesouro Nacional (SANTIAGO, 2013).

No momento em que chega a fiscalização, os engenheiros tinham que assinar a carteira de trabalho dos empregados informais, conforme as exigências da legislação trabalhista, o que não foi levado em conta por partes dos donos de engenhos. Mais tarde, devido as reclamações pelos direitos trabalhistas solicitados pelos empregados, os patrões tiveram que pagar indenizações aos seus funcionários diminuindo assim o capital acumulado pelos engenheiros.

Muitos foram os fatores que contribuiram para a queda dos engenhos em Igarapé-Miri. Segundo os entrevistados, o que acarretou o declínio foi o fato dos engenheiros não terem possibilidades de fazer concorrência com as cachaças de outros centros, levando-se em conta o preço, a qualidade, o marketing e a apresentação do produto no mercado. A diminuição das vendas e dos lucros prejudicou a entrada dos engenheiros no mercado formal e fiscalizado e os processos jurídicos por direitos trabalhistas contribuiram para a queda dos engenhos.

No contexto da produção de aguardente, o município Igarapé-Miri se destacava pelo maior número de engenhos, como descreve Santiago:

Levando em consideração o desaparecimento de alguns mais antigos e o aparecimento de outros mais novos, Igarapé-Miri possuiu, ao longo de sua época áurea, 48 engenhos de cana-de-açúcar que produziam aguardente. Se

juntássemos os que desapareceram e os que apareceram por toda a história chegaríamos a mais de 100 (Ibidem, 2013, p. 34).

Segundo o autor, quando se fala de cachaça no Pará, é provável que o primeiro nome que vem à cabeça é o município de Abaetetuba. Por outro lado, o que muitos não sabem é que o maior produtor de cachaça do Baixo Tocantins, historicamente, foi Igarapé-Miri, que possuía a maioria dos engenhos e maior produção de água ardente, cujas primeiras mudas de cana-de-açúcar foram plantadas em terras do rio Anapu.

2.3. Caracterização da Comunidade Rio Baixo Anapu.

O rio baixo Anapu está localizado no município de Igarapé-Miri, no Distrito Anapu, nas margens do rio Baixo Tocantins, no estado do Pará. Está a uma distância de 32 km, equivalente a cerca de duas horas de barco até a sede do município.

A comunidade é chamada Baixo Anapu por estar localizada na “boca do rio”², , que dá acesso às três comunidades que o compõe: Baixo Anapu, Vila Menino Deus e Alto Anapu (ver Figura 2).

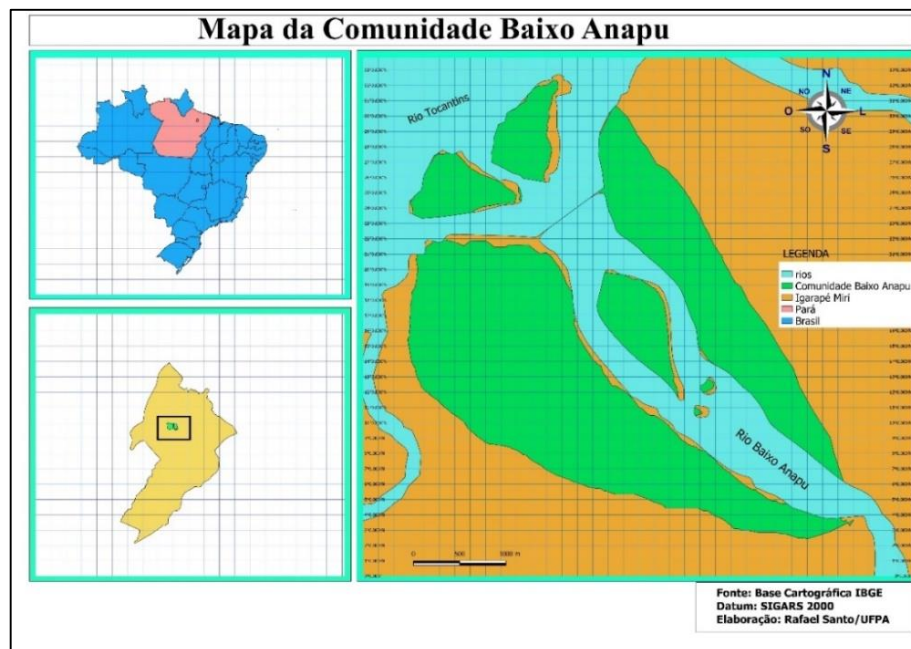


Figura 2: Mapa de localização da comunidade Baixo Anapu, Igarapé-Miri/PA.
Fonte: Santos, Rafael (2019).

² “Boca do rio” é como nosso coletivo costuma chamar a entrada do rio Anapu.

A palavra Anapú originou-se do tupi ‘anã’, que significa forte e grosso, e ‘pu’, que significa ruído forte, possivelmente em referência ao intenso barulho produzido pela correnteza da água. Apesar do nome ser de origem tupi não foram coletados dados durante os tempos comunidades (TCs) que confirmassem que grupos indígenas viveram na área do que hoje se conhece como Baixo Anapu.

Para o nosso coletivo que vive da pesca artesanal, quem mora na beira do rio se identifica como pescador, extrativista, agricultor e coletor de sementes. Estes são modos de vida herdados de nossos antepassados e reproduzidas de geração para geração, conforme dados das pesquisas realizadas durante o meu primeiro TC (MACIEL, 2016). O Sr. José Oleastre de Castro, morador mais velho da comunidade com 97 anos, conhecido na localidade como “Cipó”, conta que por volta da década de 1940, existiam poucos moradores na comunidade, em média de 27 famílias.

Nessa época, a base alimentar das famílias advinha da pesca, da caça e da criação de pequenos animais. Havia o extrativismo de açaí, mas somente para o consumo. É importante ressaltar que a pesca sempre esteve presente na comunidade, porém de maneira complementar a outras atividades, já que não se tinha grande procura pelo pescado e muito menos local apropriado para armazenar a produção. A única alternativa para a conservação do pescado era a salga.

Os meios de produção de renda mais comuns da época, baseavam-se no corte de cana e madeira, coleta de frutos de andiroba (*carapa guianensis* Albl), ucuuba (*Virola surinamensis*) e muru-muru (*Astrocaryum murumuru*) e corte da seringa (*Hevea brasiliensis*). Vale lembrar que a coleta dos frutos das árvores nativas e o corte de seringa eram funções realizadas principalmente por mulheres e crianças, enquanto coleta de madeira e o corte de cana era desenvolvido por homens.

O corte de cana era a principal atividade de geração de renda da comunidade e tem papel importante na construção da história do rio Anapu, pois foram às primeiras terras mirienses que receberam as mudas de cana-de-açúcar, trazidas de Pernambuco. Conforme os escritos de Lobato (1985, p.53):

Nos idos de 1700 chegava em Igarapé-Miri com a alcunha de Pernambuco, alcunha esta que já indicava sua origem. Trazia ele determinadas quantidades de muda de cana-de-açúcar que plantou em terras do Anapu. Tendo essas mudas proliferadas com abundância, foram levadas para o rio Panacauera e outras partes da freguesia de Igarapé-Miri.

É importante destacar que a comunidade realizava não só o cultivo da cana como também o beneficiamento dessa produção, uma vez que na comunidade existiam dois engenhos, o Livramento e o São João. Porém, durante meus TCs, poucos entrevistados falavam a respeito desses engenhos e infelizmente não foi possível saber o que produziam e as datas de funcionamento. Até mesmo com Sr. Benedito (Cipó), morador mais idoso da comunidade, relata que quando ele tinha mais ou menos 12 anos de idade esses engenhos não mais funcionavam.

Segundo Sr. Benedito (Cipó), além da cana, toda à produção dos trabalhadores de engenhos, dentre elas a borracha e as sementes, eram entregues aos comerciantes donos de engenhos que aviavam os trabalhadores com mercadorias de necessidade básica, como farinha, tabaco, tecidos, entre outras. Dificilmente sobrava algum dinheiro para os trabalhadores, já que os mantimentos sempre tinham preços superiores à de seus produtos. Quando sobrava, os comerciantes lhes entregavam um vale para pagar depois o restante, no sentido de assegurar o dinheiro, já que constantemente aviavam os trabalhadores.

Apesar de essas atividades serem baseadas em um sistema escravista nas formas de trabalho; eram as únicas fontes de renda para o sustento das famílias anapuenses e, tem grande relevância na construção da história da comunidade.

A produção dos engenhos foi diminuindo gradativamente, entrando em declínio a partir de 1987, por diversos fatores. Talvez o mais grave deles tenha sido a concorrência com os produtos vindos de fora que o colocavam em desvantagem, impossibilitados de atender as exigências do mercado, que logo tornava a produção mais reduzida e o preço dos produtos mais altos, enfraquecendo cada vez mais as vendas e conseqüentemente a existência dos engenhos no município, até chegar à perda total.

A partir do declínio dos engenhos, o agricultor comercial que tinha a pesca como atividade de subsistência passa a ser pescador comercial e agricultor por subsistência. Nesse contexto, aumenta-se o número de pessoas a buscarem na pesca uma maneira de obter renda para o sustento de suas famílias. A grande quantidade de recursos pesqueiros, sobretudo do mapará, as facilidades ao acesso dos meios de transporte, o avanço das tecnologias, como o surgimento das fábricas de gelo que dava condições para o armazenamento, contribuíram para o aumento do interesse pela compra dos pescados.

Conseqüentemente, os pescadores da comunidade passam a investir em seus próprios utensílios que possibilitassem melhores resultados e menos perigos para a vida dos

trabalhadores, substituindo a rede grande³ pela rede de puçá⁴, de mais fácil e seguro manuseio.

Para atender as demandas de compra do mapará, aumenta-se o número de pescadores para trabalhar no ramo e de redes de puçá na comunidade. Desta forma, a pesca do mapará torna-se a principal atividade de produção de renda.

Considerando o conjunto de situações em torno da pesca artesanal na região do Baixo Tocantins. E, diante da crise em decorrência principalmente da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de tucuruí 1984, alterou-se bastante os modos de vida dos pescadores e ribeirinhos ocasionando a escassez do pescado. Diante dessa escassez, os moradores buscaram no cultivo do açaí (yçara) uma complementação de renda. Nos últimos 15 anos, aproximadamente, o cultivo do açaí vem crescendo consideravelmente, tornado-se uma importante fonte de renda para muitas famílias no município de Igarapé-Miri.

É importante lembrar que, apesar do cultivo do açaí ter avançado bastante, a comunidade é considerada pesqueira, com aproximadamente 150 famílias ou 800 pessoas que dependem principalmente da pesca do mapará como geradora de renda ou para alimentar-se. Já a produção do açaí em grande volume, acontece no período de safra, entre os meses de setembro a dezembro, enquanto que a pesca é realizada de março a outubro⁵.

3. A PESCA DO MAPARÁ NA COMUNIDADE DO RIO BAIXO ANAPU

A pesca artesanal é a principal atividade desenvolvida na comunidade do rio Baixo Anapu e garante segurança alimentar e geração de renda para as famílias. Entre as atividades de pesca na comunidade do Baixo Anapu, podemos citar: a da pescada (*Cynoscion acoupa*), a da dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), a do filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), a do camarão (*Fartantepenaeus subtilis*) e a do mapará (*Hypophyllum marginatus*), a mais popular no Baixo Tocantins.

Nesse contexto, o rio Anapu é uma das principais referências na produção do pescado no município de Igarapé-Miri. Todo ano, no dia 1º de março, ocorre a tradicional abertura da pesca do mapará, a programação reúne muitas pessoas da sede do município e de outras comunidades vizinhas, que se deslocam para participar desse momento importante para o

³ Antes utilizada na comunidade, como o único apetrecho de pesca que capturava o pescado em maior quantidade.

⁴ Utilizada atualmente na pesca artesanal dentro da comunidade, essa por sua vez, é fechada a partir da força exercida pelos pescadores ao puxar nos cabos de dentro dos cascos.

⁵ Entre os meses de novembro a fevereiro, a pesca é proibida devido a “piracema” e os pescadores recebem o Seguro Defeso no valor de quatro salários-mínimos.

nosso coletivo, pois marca o início das atividades pesquisas autorizadas na comunidade. Por sua importância, a atividade está intrinsecamente ligada à cultura popular dos ribeirinhos da região.

É importante ressaltar também, que desde 08 de abril de 2019 foi sancionada pelo governador Helder Barbalho, a abertura da pesca do mapará na região do Baixo Tocantins é considerada como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Pará, através do Projeto de Lei (PL), Nº 26/201 que reconhece a relevância do evento no Pará como bem imaterial, projeto apresentado pelo Deputado Bordalo e aprovado pelos deputados da assembleia legislativa do Pará (ALEPA) no dia 02 de março, A lei reconhece o evento anualmente no município de Limoeiro do Ajuru, localizado na região do Baixo Tocantins como um movimento cultural, sustentável e que gera renda para a população local.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), os bens culturais de natureza imaterial se referem à práticas e domínios da vida social; se expressam em saberes, ofícios e modos de fazer sendo transmitidos de geração em geração; podendo ser recriado em função do ambiente, da interação com a natureza e com sua história, tecendo um sentimento de identidade e continuidade de práticas culturais coletivas.

O mapará é o peixe mais cobiçado pelos pescadores artesanais e pela população miriense, devido o sabor de sua carne e seu valor comercial, é bastante procurado por marreteiros que o revendem em outras comunidades vizinhas ou no mercado municipal da cidade a preços consideravelmente altos se comparado ao valor pago aos pescadores, que não possuem lugar apropriado para conservar sua produção. Como descreve Furtado (1990, p.55):

Os agentes deste tipo de pescaria, sem ter infra-estrutura nem transporte adequado para alocar o pescado em centros de mercado mais distantes de sua base, ligam-se a uma rede de intermediação. Esta os submete a preços que são concebidos como injustos em relação ao desgaste físico e à jornada de trabalho que dedicam para obter uma razoável produção aos interesses da demanda.

Neste sentido, podemos perceber que há uma grande dificuldade do pescador artesanal em vender sua produção a preços mais justos que permita, além de se alimentar bem, gerar renda para o consumo básico (roupas, calçados, remédios, moradia, etc.).

Com exceção da rede de puçá, os petrechos utilizados na pesca do mapará são os mesmos há cinquenta anos, como a rede grande⁶ de borqueio⁷, malhadeiras de fibras e as redes de nylon, chamadas de redes de puçá. Apesar de semelhantes, as redes de puçá e a rede grande de borqueio possuem diferenças marcantes. A rede grande, possui alcance de 09

⁶ São as redes que possuem comprimento maior do que as redes de puçá, porém menor altura.

⁷ É o momento em que as redes são lançadas na água em forma de círculo, impedindo o peixe de fugir.

(nove) braças⁸ de profundidade e necessita que os cabos sejam fechados com as mãos na parte de baixo⁹; já as redes de puçá são maiores de altura, atingem 12 (doze) braças de profundidade e não necessitam de fechamento por baixo d'água. A prática da pesca do mapará com as redes grandes de borqueio é um processo lento, complexo e perigoso, pois há o risco de os pescadores ficarem presos e não conseguirem se soltar, como já aconteceu. Já as redes de puçá, introduzidas na pesca a partir de 1990 são de fácil manuseio e não apresentam risco aos pescadores.

É importante ressaltar a importância do taleiro na pesca do mapará (ver Figura 4), pescador responsável em identificar os cardumes de peixe a partir de sua experiência adquiridas ao longo de sua vida na pesca ou repassados por alguém que lhe antecedeu no trabalho.



Figura 4: Taleiro sondando o cardume de mapará.

Fonte: Maciel, Maria (2018).

O taleiro pode ser considerado como o maestro na pesca do mapará. Ele é quem identifica o cardume do peixe com o prumo/sonda ou da tala¹⁰ e consegue saber a

⁸ É uma forma que os pescadores utilizam para calcular os metros, utilizando os braços abertos.

⁹ Após o fechamento da rede em círculo, os pescadores mergulham a grandes profundidades e por vários minutos arrastando os cabos para fechar o bolso da rede por baixo e prender o peixe.

¹⁰ Pode ser comparado com o formato de um cone, feito de chumbo, pesa aproximadamente 200 gramas, amarrado com linha de nylon e pode alcançar até 18 braças de profundidade, este utiliza-se nos pontos mais fundos do rio na busca pelo peixe, a tala é feita a partir de uma espécie de palmeira conhecida na região como árvore de paxúba, esta pode medir 18 palmos, aproximadamente seis metros é usada em lugares mais rasos, ambos materiais são confeccionados por pescadores da comunidade e utilizados pelo taleiro para encontrar o pescado.

profundidade do local, o tipo, a quantidade e o tamanho do pescado (miúdo ou graúdo), através do limo deixado na linha. Esta simplicidade tecnológica é uma das características da pesca artesanal:

Uma outra característica da pesca artesanal é a simplicidade tecnológica utilizada pelo pescador, no manejo do ecossistema pesqueiro no qual atua. É dessa simplicidade que advém o adjetivo que a qualifica como artesanal e o maior e o mais intenso diálogo do homem com a natureza, em relação a outros tipos de pesca mais sofisticados, como a industrial. Essa tecnologia, cuja base cultural repousa no legado dos primitivos habitantes da região, seja do ponto de vista da técnica seja do ponto de vista do modo de produção, é lida no discurso da classe dominante como antieconômica (FURTADO, 1990, p.56).

É importante considerar que na pesca artesanal, além dos utensílios, os pescadores e pescadoras se utilizam dos conhecimentos tradicionais repassados de pai para filho, através da observação da natureza, considerando as fases da lua, o curso das marés (enchente ou vazante), a cor da água (clara ou escura), a correnteza dos rios e o movimento dos ventos. Enfim, para os pescadores artesanais, vários são os elementos da natureza que contribuem para a realização da pesca, como descreve Furtado:

A íntima relação entre homem e natureza, atribui ao produtor da pesca artesanal a qualidade ímpar de conhecedor de seu meio envolvente, atribui regras de equilíbrio e de preservação; o seu universo mítico, por outro lado, inculca-lhe mecanismos e (ainda que inconscientes) de preservação da natureza; permite-lhe um conhecimento sobre quando uma árvore vai ou não florir, dar fruto ou se o fruto é ou não comestível: conhece os dias e épocas adequadas para o corte de uma folha de palmeira para cobrir sua casa e não criar bichos, ou de madeira para sua embarcação e para não rachar depois de pronta; conhecem os territórios de caça e pesca e coleta: tempo e efeito das chuvas, nível de trânsito de peixes nos rios e lagos e praias, etc. (Ibidem, 1990, p.74).

Como relata o Sr. Aramins José da Costa Moraes (70 anos, pescador taleiro):

A pesca tem um segredo muito grande, o segredo dela é que você tem que entrar num trabalho, chegar num rio você vai de tala aí você começa a esbarrar um, dois peixes, até chegar naquele cardume adequado que você possa trabalhar, é uma ciência muito grande, quando se sai pra pescar é preciso ter calma.

A respeito do que o Sr. Aramins declara, é possível identificar que a pesca não é simplesmente jogar as redes no rio e sim uma relação muito íntima do homem com a natureza, no sentido de saber interpretar os sinais que ele repassa, através da observação.

Antes de falar como acontece o borqueio do mapará é bom lembrar que essa prática acontece de maneira coletiva, onde todos os envolvidos trabalham em busca de capturar o mapará, no entanto cada um possui sua função em específico. Para que o borqueio aconteça é necessário que o taleiro encontre o cardume do peixe, enquanto os batedores de água e os

pescadores do casco com rede ficam observando a movimentação do mesmo, esperando seu comando para que possam jogar as redes no rio.

No momento em que o taleiro faz o sinal de aceno com o remo é hora de remar rapidamente e lançar as redes na água até que os dois cascos se encontrem formando um círculo. Enquanto a rede ainda está aberta os batedores de água pulam e fazem movimentos com as mãos causando barulhos e espantando o peixe para entrar na rede. Outro detalhe importante no momento do borqueio é a posição dos cascos, esses precisam estar contrários a correnteza da água para que possam ser jogadas as redes e a partir do movimento da maré se crie uma espécie de bolso para os peixes ficarem dentro.

No momento em os pescadores puxam os cabos as redes se fecham então, o taleiro entra no meio do borqueio com sua tala para verificar se os peixes estão presos na rede, após essa análise os homens do casco precisam fazer bastante força, puxando rapidamente as redes para apertar os peixes. Nesse processo, quando os peixes (mapará) começam a aparecer na superfície da água os pescadores pressionam a rede e posicionam os cascos para retirar os peixes (ver Figura 5) que, será calculada a quantidade em paneiros ou basquetas antes de ser dividido entre os donos das redes e a comunidade local.



Figura 5- Pescadores posicionados para a retirada do peixe da rede.

Fonte: Barros, Geane (2016).

Essa divisão da produção do pescado acontece a partir de acordos de pesca entre os comunitários, decidido em reuniões com os moradores locais, sendo que 50% do pescado borqueado será destinado aos moradores, como retribuição ao cumprindo das regras do acordo

de pesca e os outros 50% ficam com os donos de rede de puçá a serem divididos entre os trabalhadores da turma.

A pesca na região do baixo Tocantins fica proibida por quatro meses, de outubro a fevereiro, o chamado Período da Piracema, onde os pescadores deixam de pescar para que os peixes possam se reproduzir. Durante esse tempo os pescadores recebem o Seguro Defeso, garantido por Lei Federal¹¹, no valor de um salário mínimo, para compensar a ausência de sua atividade de produção, até chegar à abertura da pesca novamente.

No entanto, apesar da pesca ser liberada a partir do dia (1º) primeiro de março até o dia (31) trinta e um de outubro, há certa restrição de espaços possíveis para se pescar dentro da comunidade ocasionado por razões de descumprimento de regras dos acordos de pesca, assim foi criada a divisão do rio entre o grupo de cima e o grupo de baixo, onde ambos são proibidos de pescar no território alheio. Essa separação trouxe sérios problemas para os moradores da comunidade como a disputa pelos recursos pesqueiros e as desavenças entre os pescadores artesanais locais. Os problemas que levaram ao acordo de pesca e ligados a ele serão discutidos no item seguinte.

4. PROBLEMÁTICA

A pesca do mapará esteve sempre presente na cultura alimentar das famílias locais (Comunidade ribeirinha), acompanhada das principais fontes de renda da época: corte da cana de açúcar para a fabricação da cachaça e a coleta de sementes de seringa para extração do látex. Todavia, nos tempos atuais essas atividades entraram em declínio na região e a pesca do mapará tornou-se a principal fonte de renda econômica da comunidade, até a exportação do açaí.

Segundo relatos de moradores da comunidade, a pesca de mapará sempre fora abundante: realizava-se grandes borqueios; os donos das redes distribuíam a produção aos moradores locais e de outras comunidades; vendiam aos marreteiros e, muitas vezes soltavam certas quantidades de peixes, por ultrapassar a necessidade da comunidade ribeirinha.

Porém, na década de 1980, a pesca entra em crise após a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí às margens do médio rio Tocantins, com o objetivo produzir energia às indústrias de alumínio. A partir de então, os moradores da comunidade têm observado modificações na paisagem, como o surgimento de ilhas e praias ao longo do rio, a

¹¹ A lei nº. 8.287, de dezembro de 1991, dispõe sobre a concessão do benefício de seguro de desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso.

diminuição da turbidez e correnteza da água, o assoreamento do rio e, principalmente, a redução na produção do pescado, em especial do mapará. Segundo o Sr. Aramins:

... Essa barragem foi uma das barragem que hoje em dia nos sente essa dificuldade do pescado. Foi essa barragem de Tucuruí! Do tempo que fizeram essa barragem pra cá o peixe não subiu mais pra se reproduzir. Desde a criação da barragem, a pesca ficou em crise. A barragem nos prejudicou muito, uma que tá secando a maioria dos rio, por causa da barragem. Porque depois da barragem essa água não tem força pra levantar essa areia e esse barro, pra que ele fique fundo. (Aramins José, 70 anos, pescador taleiro).

A bibliografia científica também registra impactos socioambientais provocados a jusante pela implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí sobre nós, populações ribeirinhas, inclusive a escassez de recursos pesqueiros. (SANTOS, 2011).

Sobre esses impactos, os pescadores contam que os peixes que estavam de subida para reprodução, nesse período, ficaram a montante da hidrelétrica e, por isso, algumas espécies desapareceram. O pouco dos peixes que ficaram a jusante da barragem não conseguiu se reproduzir em quantidade suficiente para atender a demanda das populações que vivem as margens do rio, alterando assim o modelo de vida ribeirinha que dependem da pesca para o sustento de suas famílias. Estes dados são corroborados pelos estudos de Santos (Ibidem, p.155):

A mudança no ciclo hidrológico do rio Tocantins, a formação da barragem e do imenso lago, assim como alterações na fauna e flora aquáticas afetaram o processo de reprodução e de mobilidade de diversas espécies de pescado. Isso influenciou diretamente a oferta de pescado à jusante da UHE Tucuruí, ou seja, na região do baixo Tocantins. Segundo dados disponíveis pela própria Eletronorte, se observou uma queda de 65% no pescado comercializado na região ao longo da década de 1980.

Mesmo considerando que o declínio da captura pesqueira no baixo Tocantins não pode ser unicamente imputado à barragem de Tucuruí, o fato é que a implantação da hidroelétrica representou um marco bastante negativo para a economia ribeirinha do baixo Tocantins, particularmente para a pesca artesanal (Ibidem, 2011).

Por consequência da escassez do pescado surgem as disputas entre os pescadores e ribeirinhos pelo uso e acesso dos recursos da pesca, aumenta o número de redes de puçá, pescadores que realizam a pesca de malhadeira no rio e pescadores de outras comunidades que praticavam a pesca de maneira excessiva e sem consciência sustentável, causavam revoltas aos moradores locais, que se esforçavam para conservar o pescado. Com os problemas enfrentados em torno da pesca artesanal, os pescadores locais se encontravam em

situação de desacordo pela falta de controle da pesca na comunidade, então surgiu entre os comunitários a proposta de se criar acordos de pesca.



Figura 6: Redes de borqueio, apetrecho utilizado pelos pescadores
Fonte: Maciel (2017).

Segundo Santos (2011), partir do início da década de 1990 ocorre uma proliferação dos acordos de pesca na região do Baixo Tocantins, estabelecidos em reuniões comunitárias, onde os pescadores e os produtores ribeirinhos estabelecem um conjunto de regras, definindo o acesso e uso dos recursos pesqueiros. Criou-se então o primeiro acordo de pesca da minha comunidade, onde os pescadores e os demais moradores da comunidade decidiram em assembleia as regras de funcionamento, os direitos e deveres de cada membro acordante. A expectativa do acordo de pesca, era dar caráter participativo e fortalecer a autonomia da comunidade para que a mesma pudesse estar envolvida nas tomadas de decisões a respeito da gestão dos recursos pesqueiros, incentivar a prática da conservação dos recursos naturais e principalmente amenizar os conflitos entre os pescadores da comunidade.

As principais regras debatidas e acordadas são:

- 1) Aos pescadores de malhadeiras e produtores ribeirinhos, se permitia que pusessem uma panagem de malhadeira (equivalente a 100m), dentro do rio, exceto quando os puçaleiros estivessem sondando o peixe;
- 2) Não era permitido que os pescadores colocassem malhadeira e borquear dentro do poço, para não espantar o peixe;
- 3) Os donos de redes de puçá não poderiam borquear menos de três basquetas de mapará;
- 4) Era dever do puçaleiro dar um terço da produção do mapará para os comunitários do grupo de moradores;

5) Não seria permitido que os donos de redes realizassem mais de dois borqueio sem capturar a quantidade estabelecida no acordo (no caso abaixo de três basquetas de peixe).

Com as regras discutidas e aceitas pelos comunitários presentes, o acordo foi consolidado. Os moradores e os donos de redes de puça passam a ter seus direitos e deveres formalizados e ambos trabalhariam de maneira integrada em prol da continuidade da produção do mapará de maneira sustentável, considerando a importância ambiental, econômica e cultural desta pesca para as famílias da comunidade.

É importante destacar que dentro do acordo foram estabelecidas duas comissões que representariam o grupo de baixo e grupo de cima do rio, mas a responsabilidade de fiscalizar se estenderia a todos os moradores e as punições pelo descumprimento das normas valeriam tanto para os pescadores de fora quanto aos da própria comunidade. Por exemplo, os donos das redes de puçá não poderiam realizar borqueios (ver Figura 7) para capturar abaixo de três basquetas¹² de mapará (ver Figura 8), se caso realizassem o borqueio e capturassem menos que três basquetas teriam que entregar todo o pescado que pegara para a comunidade. Não se permitia que os mesmos borqueassem mais de duas vezes sem peixe e, caso ocorresse, ficariam suspensos de pescar dentro do rio por uma semana.



Figura 7: Momento em que o borqueio está sendo realizado.
Fonte: Barros (2016).

¹² Utensílio de plástico resistente, que possui forma quadrada e tem capacidade de comportar 40kg de peixe



Figura 8: Pescadores medindo o mapará na basqueta que será destinado a comunidade.
Fonte: Barros (2016).

As regras do acordo, descritas a cima, serviam como um meio de controlar os baques de água¹³ com a ausência da captura do pescado, o que prejudica bastante a produção, uma vez que a cada borqueio os peixes que não ficam presos na rede, se dispersam, e acabam fugindo para outros locais e até mesmo para fora do rio. Segundo Santos (2011), no caso dos acordos de pesca, as relações sociais de confiança e de identidade cultural e territorial entre as famílias e os produtores ribeirinhos facilitaram a transcendência de motivações e estratégias de ordem individual, estimulando a adoção de regras de comum acordo no sentido de regulamentar o uso dos escassos recursos pesqueiros enfatizando que:

Assim, uma das motivações mais relevantes no sentido de impulsionar os acordos de pesca se encontra na esfera sociocultural, ou, mais precisamente, no padrão de consumo das famílias ribeirinhas, pois tanto o peixe como o camarão regional fazem parte do padrão alimentar destas populações. E é sobretudo o acesso ao peixe mais popular da região, o mapará (*Hypophytamus marginatus*), considerado um símbolo da região do Baixo Tocantins, que motiva várias famílias ribeirinhas a aderir aos acordos de pesca. (SANTOS, 2011, p.163).

Sobre isto, é importante ressaltar a necessidade dos acordos de pesca para que a comunidade tenha êxito nas atividades de produção e consiga alcançar resultados positivos coletivamente, amenizando conflitos entre os pescadores e garantindo os estoques pesqueiros e a segurança alimentar de toda comunidade.

Segundo Feeney *et al*, 1990; Ostrom *et al* (1994), *apud* Ferreira (2020) a natureza de recurso pode ser definida a partir de dois importantes atributos: a) a dificuldade de excluir

¹³ São intensos movimentos realizados com as mãos em forma de palmas, que os pescadores fazem ao entrar na água, causando fortes barulhos e espantando o peixe para dentro da rede.

indivíduos dos benefícios de um bem e b) a relação entre os benefícios apropriados por um indivíduo e a disponibilidade do bem para os outros. A “excluibilidade” (*excludability*) e subtraibilidade (*subtractability*) definiriam, então, a natureza de um recurso ou de um bem. A “excluibilidade” refere-se à vacinação existente entre os recursos quanto a facilidade ou dificuldade de excluir ou limitar seus usuários depois de ter sido produzido pela natureza ou pela atividade de outros indivíduos.

No início, alguns pescadores da comunidade que não se fizeram presente na reunião onde firmaram o acordo, recusavam-se a cumprir as regras, por entender que ficariam limitados de exercer suas atividades dentro do rio e que dependeriam de um borqueio para alimentação de sua família. Como a maioria concordou, tiveram também que cumprir o acordo, embora os contrariados quase sempre se reuniam para discutir ações distintas daquelas do acordo.

Após quinze anos da criação do primeiro acordo, que já se arrastava por problemas com o descumprimento de algumas regras e agravadas pelas disputas em torno dos recursos pesqueiros, os grupos existentes na comunidade (baixo e de cima) começaram a se desentender frequentemente, entre uma discussão e outra, os grupos tentaram chegar a um consenso, sem resultados positivos.

Nesse contexto é importante frisar, que dentro desses grupos, há pescadores chamados de bereiros, que pescam de malhadeira, anzol, espinhel, matapi etc, que assumem o compromisso de conservar os recursos naturais da pesca, colaborando com o cumprimento das regras do acordo (citadas anteriormente), que recebem uma terça parte da produção do pescado e os puçaleiros, pescadores que trabalham em cascos com as redes de puçá, responsáveis pela realização dos borqueios que capturam o maprá e tem direito ao restante da produção.

No entanto, com a quebra das regras por parte dos puçaleiros, no que diz respeito a prática de borqueios sem a quantidade mínima (três basquetas) de pescado, os bereiros se sentiam prejudicados e resistiram contrários ao acordo, uma vez que, a conservação era realizada com a intenção de proporcionar o uso e acesso dos recurso de maneira coletiva e sustentável. Deste modo, com a ausência do acordo, o controle da pesca tornou-se insustentável, aumentando ainda mais os conflitos entre os pescadores da comunidade em torno dos recursos pesqueiros, que culminou com a divisão do rio, delimitado a partir dos dois grupos existentes na comunidade.



Mapa da divisão do rio, após quebra de acordo de pesca na comunidade rio baixo anapu Criado por Gerson da Silva, ribeirinho, morador da comunidade (2020).

A delimitação do território de pesca, dividiu literalmente a comunidade, não só apenas no que diz respeito ao espaço físico, mas também no sentido das relações sociais: companherismos e ciclos de amizade, que foram quebrados e deram lugar a agressões verbais, ameaças, disputas, entre outros desentendimentos.

Revoltados com as alegações feitas pelo grupo de cima, o grupo de baixo discordava que houvesse delimitação de território para praticar a atividade da pesca, já que todos moravam na mesma comunidade e tinham os mesmos direitos sobre os recursos da pesca. Os grupos não entraram em consenso e, ainda assim, a comissão do grupo de cima levou adiante sua decisão de dividir o rio, preparou um documento com as razões do pedido de limitação do espaço de pesca na comunidade e buscou apoio da colônia dos pescadores Z-15 de Igarapé-Miri e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA.

O papel do IBAMA foi decisivo na legalidade do documento que impedia o grupo de baixo a pescar na parte de cima do rio, pois o representante deste órgão aceitou o pedido em questão e assinou o referido documento com base nas alegações feitas pelo grupo de cima.

Contendo esse documento em mãos, a comissão do grupo de cima comunica ao grupo de baixo que, a partir de então, não poderiam mais pescar na parte que pertencera ao grupo de cima por determinação do IBAMA. Isso desencadeou grande revolta aos pescadores do grupo

de baixo, uma vez que, o documento em questão os prejudicaria, sendo que o maior poço de concentração de peixe ficara para o grupo de cima.

Insatisfeitos, o grupo de baixo, tentou recorrer da decisão apresentada, porém, o documento assinado pelo presidente do IBAMA, anulou qualquer chance de protesto. Apesar disso, a divisão do território não foi aceita até os dias atuais, visto que há uma certa disputa implícita de quem vai conseguir capturar o pescado. Prova disso são as malhas finas, utilizadas nas redes de puçá e malhadeira, usadas pelos pescadores, como estratégia para capturar a maior quantidade de peixe possível.

Diante dos problemas citados acima, pretende-se reformular alguns pontos do acordo de pesca para amenizar os conflitos causados em decorrência dos limites de território estabelecidos, bem como incentivar os pescadores a prática da conservação dos rios, para a continuidade da atividade pesqueira, fonte de alimentação e renda para os moradores da comunidade.

5. JUSTIFICATIVA

No decorrer de minhas pesquisas realizadas durante os TCs do curso Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da UFPA (Universidade Federal do Pará), foram realizados diagnósticos qualitativos e quantitativos, relacionados às potencialidades e ameaças vivenciadas pela minha comunidade. Mediante relatos dos entrevistados observou-se a presença de conflitos em torno do uso dos recursos pesqueiros na comunidade, dado a importância da pesca artesanal, que movimenta a economia local e é a base alimentar das famílias do meu coletivo.

Deste modo, em meio aos diálogos interculturais¹⁴, entre minha vivência na comunidade de pertença e na Universidade, construímos coletivamente este plano de ação, que busca reformular os acordos de pesca na perspectiva de amenizar conflitos e contribuir para a continuidade dessa importante atividade pesqueira, tendo a participação efetiva da comunidade na gestão de seus recursos naturais da pesca. Segundo Verdun (2002, p. 95):

Gestão participativa é fundamental para o sucesso dos projetos comunitários, devendo ser um critério para a aprovação de propostas dessa natureza. A incorporação de instrumentos e a aplicação de metodologias de (auto) monitoramento e avaliação nos projetos reforça a capacidade de execução e obtenção dos resultados almejados.

¹⁴ É o diálogo de saberes entre os diferentes sistemas de conhecimento de mundo, que considera o pluralismo epistemológico e o surgimento e/ou recriação de paradigmas das ciências e o desenvolvimento.

Sendo assim, a gestão participativa é uma das modalidades de manejo de recursos, que pretende incentivar os pescadores em relação a sua atividade de produção de renda, e a importância da conservação dos recursos naturais comuns, como afirma De Castro apud Vidal (2004, p.114):

Considerando que o manejo dos recursos naturais é, antes de tudo, uma questão social, uma vez que a sua estrutura e organização são diretamente relacionadas com os contextos socioeconômicos e políticos, nos quais os usuários estão inseridos.

Conforme discutimos anteriormente, o acordo de pesca é demanda comunitária para reparar equívocos em decisões tomadas e de modo a garantir a autonomia da gestão participativa e o controle dos recursos pequenos. No mesmo sentido, Santos (2011, p. 156) pontua que:

Os “acordos de pesca” podem ser definidos como arranjos participativos locais em que as comunidades ribeirinhas tencionam regulamentar os recursos pesqueiros e restringir as capturas em regiões de várzea da Amazônia. A iniciativa e execução dos acordos são dos próprios moradores e pescadores de localidades ribeirinhas.

Os acordos de pesca objetivam, então, criar regras específicas que busque o controle do acesso e uso de seus recursos pesqueiros para conservação de suas fontes de renda e de alimentação, prática feita tradicionalmente pelas comunidades da Amazônia, e propósito do nosso coletivo.

Dado ao contexto da pesca na Amazônia, desde a chegada dos colonizadores até os dias atuais, os pescadores artesanais buscam regras para o uso, acesso, controle e manutenção de suas territorialidades, que abarca um conjunto de simbologias e valores. O conceito de territorialidade é aqui pensado numa dimensão mais complexa, a qual vai além da concepção de limite físico, envolvendo fatores que o definem como um patrimônio acumulado de quem constrói, compondo-se de três seguimentos: o local de moradia, os locais de pesca denominado variavelmente de pesqueiros ou pontos de pesca, mais os trajetos entre moradia e esses locais (rios, igarapés, furos) (FURTADO, 2014).

A partir dessa visão da autora sobre a relação de pertencimento dos pescadores com o território, pode-se afirmar que os acordos de pesca são importantes instrumentos de etnodesenvolvimento para gerir os recursos naturais da pesca, reforçando a autonomia, soberania alimentar, geração de renda e, sobretudo, o poder dos pescadores nas tomadas de decisões sobre seus territórios. Como descreve batalha, apud Verdun (2002, p.88)

O etnodesenvolvimento requer que as comunidades sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem formar seus quadros técnicos - antropólogos, engenheiros, professores e etc. - de modo a conformar unidades

político administrativas que lhes permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terra a capacidade de impulsioná-lo.

De acordo com o autor, o etnodesenvolvimento das comunidades é o exercício da autonomia de uma população diferenciada, que possuem capacidade de construir inovações sociais a partir de suas experiências, seus modos de vida, sua cultura, seus recursos, segundo seus princípios, de acordos com suas reivindicações.

Partindo desses princípios, os acordos de pesca enquanto experimento de inovação social permitem também desenvolver um estudo sobre essa instituição. Ou seja, de como os acordos de pesca surgem e como eles se difundem socialmente na região do Baixo Tocantins. Além disso, também permite analisar a capacidade dos acordos de pesca funcionarem enquanto instituição mediadora de conflitos, ou seja, analisa a eficácia dos acordos de pesca em transformarem relações de caráter conflitivo em relações de cooperação (SANTOS, 2011, p.163).

Segundo Vidal (2008), o estabelecimento dos acordos de pesca não representa apenas uma resposta à mudança ecológica (diminuição da pressão sobre o recurso e aumento ou manutenção de produtividade), mas também uma reivindicação dos direitos de acesso aos recursos comuns.

Ao analisar o acordo de pesca do grupo de cima do rio, observa-se que as únicas justificativas registradas no acordo foram as 52 toneladas e 628 quilos de peixes no ano anterior ao acordo 2014 e o pedido que o órgão competente, no caso a Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, não deixassem acatar a demanda do grupo de pescadores.

Conversando com moradores da comunidade do Baixo Anapu, relataram-me que após o “acordo” realizado pelo grupo de cima restou somente para o grupo de baixo se organizar entre si com relação a divisão de peixes, número de borqueios e dias de suspensão, caso os donos de redes tentem descumprir os combinados. Quando há necessidade de conversas entre o grupo, realizam reuniões para colocar suas queixas sem maiores problemas.

Diante dessas questões, vê-se que a repactuação do acordo de pesca torna-se necessário para reivindicar direitos de acesso por todos os pescadores ao território de áreas de pesca tradicional e aos recursos existentes, discutindo pontos que não são considerados legítimos, por diversos pescadores, sobretudo os da comunidade de Baixo Anapu.

6. OBJETIVO

6.1 -Objetivo geral

Reformular junto aos pescadores artesanais o acordo de pesca do mapará no rio Anapu.

6.2- Objetivos específicos

- I. Discutir os pontos de conflitos do atual acordo de pesca do mapará entre os pescadores da comunidade;
- II. Entender os acordos de pesca, sob o ponto de vista da etnoconservação;
- III. Propor aos pescadores uma reflexão a respeito da importância da coletividade na pesca do mapará;
- IV. Definir novos pontos no acordos sobre a pesca do mapará no rio Anapu;
- V. Avaliar a produção do mapará a partir do novo acordo de pesca.

7. METAS:

- I. Firmar parcerias com 3 instituições, sendo Colônias dos Pescadores Z-5 de Igarapé-Miri, STTRs (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e UFPA (Universidade Federal do Pará).
- II. Realização de três oficinas, sendo duas relacionadas a etnoconservação e um realização de dois mapeamentos do território de pesca na comunidade do Baixo Anapu, utilizando a cartografia social.
- III. Realização de uma assembleia para aprovação do novo documento do acordo de pesca.
- IV. Realização de um monitoramento mensal da pesca do mapará, durante os oito meses de atividade com o objetivo de comparar os resultados, após a revisão do acordo.

8. METODOLOGIA

8.1. Detalhamento das Metas do Plano de Ação

8.1.1. Meta 01: Promover Parcerias

Inicialmente promoveremos parcerias com a Colonia dos Pescadores Z-15 de Igarapé-Miri, como representante dos pescadores, STRs (Sindiato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e a UFPA (Universidade Federal do Pará). A função de cada uma destas instituições nesta plano de ação será:

- Colônia de Pescadores – como uma das instituições que representa os interesses dos pescadores, ela deverá auxiliar em oficinas fazendo a discussão com os moradores da comunidade a respeito da importância sobre reformulação dos acordos de pesca existente na comunidade, como meio pra minimizar os conflitos existentes;
- STRs – essa associação deverá contribuir na conscientização da importância da produção sustentável, uma vez que trabalhadores rurais também são pescadores, ribeirinhos, extrativistas e dependem diretamente dos recursos pesqueiros.
- UFPA – professores da Faculdade de Etnodiversidade auxiliará nas oficinas de Etnoconservação e mapeamento do território pesqueiro, no caso da Cartografia Social.
- IBAMA _ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, que deve acompanhar todas as fases da reformulação do acordo de pesca do mapará na comunidade.

8.1.2. Meta 02: Oficinas

As oficinas serão realizadas a partir de um diálogo, entre práticas e saberes, dando destaque a etnoconservação relacionados a questões de conhecimento tradicional e a conhecimento tradicional referente ao território. O objetivo é identificar as ameaças e potencialidades existentes na comunidade que, podem ser trabalhadas para o melhoramento da atividade pesqueira, estimular nos moradores as práticas de conservação de maneira que, os recursos naturais possam ser geridos de maneira sustentável e incentivar o uso das práticas tradicionais da pesca na qualidade de vida.

Em todas as etapas do plano de ação desenvolvido na comunidade, teremos a parceria da Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará (UFPA) que, desde o princípio contribuiu com a construção do projeto a partir das demandas da comunidade, na perspectiva de colaborar com o etnodesenvolvimento local, valorizando sua riqueza de práticas e saberes que caracterizam como comunidade pesqueira.

8.1.3. Oficina I: Conhecimentos tradicionais da pesca como práticas de etnoconservação

Essa primeira oficina terá duração de quatro horas, com início às oito horas da manhã, término ao meio dia e contará com a participação dos comunitários em especial os contadores de histórias, pescadores e donos de redes de borqueio e professores da UFPA.

No decorrer da programação serão dados destaque ao diálogo sobre conhecimentos tradicionais relacionados a questão da etnoconservação que, está baseada entre outros pontos, na relação do homem com a natureza e na importância das comunidades tradicionais na conservação das matas e outros ecossistemas presentes no território que habitam, valorizando sua vasta bagagem de conhecimentos e das práticas de manejo praticadas pelas populações tradicionais referentes a pesca artesanal.

Dentro do contexto de etnoconservação, os pescadores terão a oportunidade de expor suas experiências e fazer uma autorreflexão a respeito das práticas desenvolvidas na pesca artesanal na comunidade, considerando os problemas e desafios enfrentados dentro dos grupos existentes na comunidade.

8.1.4. Oficina II: Territorialidade e os desafios da prática de etnoconservação.

Essa segunda oficina terá duração de quatro horas, com início as oito horas da manhã e encerramento ao meio dia. Em um primeiro momento, trabalharemos com o diálogo aberto entre os participantes para que, eles digam o que é território a partir de suas vivências e através da oralidade relatem desafios e dificuldades enfrentadas em torna da prática da pesca a partir de suas experiências. O principal objetivo seria motivar os comunitários a contribuir com a proteção de seu território de pesca. Essa oficina contará com a participação dos pescadores, UFPA representada pelos professores do curso e Etnodesenvolvimento e Colônia dos Pescadores Z-15 de Igarapé-Miri.

Nessa etapa, serão analisados os princípios mais importantes do que é território tradicional relacionados a etnoconservação que, para povos e comunidades tradicionais, território vai muito além do espaço físico, abarca um conjunto de simbologias, conhecimentos, práticas, crenças e saberes.

Sabemos que, as populações tradicionais têm uma íntima relação com o território e sua biodiversidade, a natureza não é vista necessariamente como selvagem em sua totalidade, está sendo constantemente domesticada e manipulada. Essa diversidade não é vista como recurso

natural e sim como um conjunto de seres vivos que, tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia.

A partir desse contexto, os comunitários poderão realizar atividades a partir de seus conhecimentos locais para colaborar com a proteção do território, amenizar conflitos e fazer uso dos recursos de maneira sustentável, proporcionando maior segurança alimentar e econômica, tanto para os pescadores que estão diretamente ligados a pesca quanto a comunidade em geral.

8.1.5. Oficina III: Mapeamento

Esta oficina tratará do mapeamento dos pontos de pesca utilizados pelos pescadores da comunidade do baixo Anapu. Nesse processo contaremos com parcerias de professores da UFPA especializados em Cartografia Social para desenvolver essa ação e dar subsídios para que os próprios pescadores possam realizar seus próprios mapeamentos.

Os moradores da comunidade serão os principais protagonistas dessa oficina, e de maneira muito especial os pescadores no levantamento das áreas de pesca. Espera-se que os moradores da comunidade participem de maneira ativa, onde os mesmos serão locutores expressando seu entendimento a respeito do território pesqueiro onde atuam.

Nesse sentido, a Cartografia Social apresentar-se-á como um componente da etnografia, propiciando condições de possibilidades para a análise de uma situação social, uma análise dos processos diferenciados de territorialização ressalta relações de poder, que permitem avançar na compreensão das situações de conflito, como um importante instrumento de gestão e reivindicação de direitos pelo uso, controle e manutenção dos recursos da pesca na comunidade.

8.1.6. Meta 03: (Re) Formulação de um novo acordo de pesca

Nessa primeira fase do plano de ação, será discutido junto com os pescadores da localidade o possível novo documento do acordo de pesca, que é o objetivo principal do refrido plano de ação.

Essa etapa é mais delicada e deve ser subsidiada por todas as outras metas desse trabalho. Contaremos com o auxílio de um mediador, uma vez que o objetivo da mediação no processo dos conflitos é garantir que interesses divergentes e conflitantes cheguem a uma ideia

de reconciliação e de um acordo único que satisfaça aos anseios de ambas as partes envolvidas.

Nesse sentido, reformular os pontos do antigo acordo e criar um novo documento com novas regras, reavaliação das quais não funcionam e uma possível retomada dos pescadores aos locais que foram impedidos de pescar, será um desafio. O papel do mediador será de suma importância para manter e estimular o diálogo entre as partes, para que cheguem a um acordo satisfatório e sem a interferência de terceiros. Pois, a mediação é o meio em que as partes conjuntamente decidem a partir do caráter das relações preferencialmente tratadas.

Dentro desse contexto, a partir das discussões comunitárias relacionadas ao novo documento do acordo de pesca, propõe-se a retirada de duas comissões: 1) uma representará o grupo de baixo e, 2) a segunda o grupo de cima, ambas ficarão responsáveis de informar os membros de cada grupo sobre eventuais acontecimentos, reuniões relacionados ao acordo, inclusive a assembleia de aprovação do novo documento do Acordo de Pesca.

8.1.7. Meta 04: Assembleia para aprovação do novo acordo

Compreendendo as necessidades cotidianas de democratização das relações sociais as assembleias tem grande importância para a construção de importantes aspectos da vida coletiva e pessoal. Além de ser um espaço para a elaboração e reelaboração constante de regras que regulam a convivência comunitária, propiciando momentos para o diálogo, negociação e encaminhamento de soluções de conflitos.

Nesse sentido a assembleia de repactuação do acordo será convocada por mim, que farei o papel de mediadora nesse processo, onde minha função estará relacionada com o diálogo entre as partes interessadas desde aproximação até a intermediação no momento da assembleia, na qual me caberá a facilitação entre os diálogos, na posição de terceiro e ao mesmo tempo neutra e dotada de autoridade, cuja a ação consiste em tornar possível uma compreensão entre os grupos.

Dentre outras coisas, a assembleia promoverá um diálogo democrático participativo, no sentido de trazer para o espaço coletivo a reflexão sobre os conflitos existentes, incentivando o protagonismo das pessoas e a co-participação dos grupos na busca de encaminhamentos para a resolução do conflito.

Nessa Assembléia, a principal pauta será a apresentação de um novo documento de Acordo de Pesca, construído juntamente com a comunidade, sujeito a ajustes e aperfeiçoamentos. Nesse sentido apresentar-se-à o novo documento aos presentes, que discutirão e terão direito de votar pela aprovação ou não do Acordo de Pesca. Será considerado aprovado o documento quando obtiver 50% mais um, dos presentes na assembleia de aprovação.

8.1.8. Meta 05: Monitoramento

O monitoramento é umas das principais ferramentas utilizadas para auxiliar os pescadores a obter dados reais sobre a produção pesqueira e, fornecer informações necessárias para estabelecer estratégias de uso em relação aos recursos pesqueiros.

Essa etapa do plano de ação é um processo de reavaliação, será usado como uma das fases finais do novo acordo de pesca de modo a avaliar os resultados das (re)formulações realizadas. Deste modo, busca realizar-se o monitoramento participativo através dos pescadores artesanais, cujo o objetivo é subsidiar nas tomadas de decisões sobre o uso dos recursos existentes.

O monitoramento será realizado na comunidade com 10 pescadores e suas famílias e 10 donos de redes de borqueio, os participantes serão os responsáveis de realizar as anotações de no mínimo dez dias de atividade mensal. Os pescadores receberão fichas que deverão ser preenchidas com as seguintes informações: data; nome do pescador; quantos pescadores participaram da pesca; local de pesca; tipo de embarcação; qual o tipo de peixe capturado na pescaria; o tamanho do pescado; total de quilos capturados durante a pescaria; quantos kg vendeu; para quem vendeu; e o valor redebito.

Os resultados obtidos, a partir do levantamento de dados, subsidiarão o andamento do novo Acordo de Pesca, cabendo aprovações, alterações e aperfeiçoamento ao longo do processo.

9. CRONOGRAMA DE EXECUSÃO DO PLANO DE AÇÃO

ATIVIDADES	Mar. 2022	Abr. 2022	Mai. 2022	Jun. 2022	Jul. 2022	Ago. 2022	Set. 2022	Out. 2022	Nov. 2022	Dez. 2022
Parcerias Colônia dos Pescadores Z-15 Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais (STTRs) e Universidade Federal do Pará (UFPA)	X									
Oficina I: Conhecimentos tradicionais da pesca como práticas da etnoconservação		X								
Oficina II: Territorialidade e os desafios da prática da etnoconservação.			X							
Oficina III: Mapeamento				X						
Assembleia da aprovação do acordo					X					
Monitoramento dos acordos						X	X	X		

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Ação é resultado das pesquisas feitas durante os tempos comunidades (TCs) do curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Altamira. A construção desse projeto se deu de maneira coletiva, a partir das demandas da comunidade de pescadores do rio baixo Anapu da qual faço parte que de fato é a principal protagonista desse projeto.

Segundo o que se apresenta, a pesca é uma atividade de produção de renda e alimentação para o nosso coletivo, tendo como predominante a pesca do mapará. Sabendo-se que esta vem sofrendo impactos na produção, após a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; além dos conflitos entre os pescadores em torno dos recursos pesqueiros. Dentro do contexto da pesca na região do Baixo Tocantins, a diminuição do pescado e as disputas pelos estoques pesqueiros foram só alguns dos problemas causados por esse empreendimento que afetaram diretamente as comunidades ribeirinhas que dependem do rio para retirar seu sustento.

Considerando a importância da pesca do mapará que, para além do pescado envolve territorialidade, crenças, mitos, memória, valores morais e espirituais, práticas e saberes, que incorpora facilmente os aspectos simbólicos, resultado dos modos de vida da comunidade que constroem o território pesqueiro e seu meio ambiente que o plano de ação tem como finalidade reformular juntos aos pescadores os acordos de pesca da comunidade do Baixo Anapu.

Os Acordos de Pesca podem ser definidos como arranjos sociais comunitários, cuja finalidade é manejar os recursos pesqueiros, notabilizam-se tanto por práticas de desenvolvimento sustentável quanto pela mobilização de recursos endógenos de nossas comunidades tradicionais, como uma forma bem expressiva de etnodesenvolvimento, onde demandas partem das nossas/para nossas comunidades, demonstrando o empoderamento de nossas comunidades diante das ameaças existentes.

Nessa perspectiva de amenizar conflitos e evitar o desaparecimento do mapará, espera-se que este plano de ação, realmente venha contribuir com essa importante atividade de produção, renda e alimentação para moradores da comunidade de pertença.

REFERÊNCIAS

- BONI, V. ; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer Entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica de pós-graduação em Sociologia Política da UFSC**. vol. 2 nº 1(3), janeiro-julho/2005, p.68-80
- BONFIL BATALLA, Guillermo. El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. In: BONFIL BATALLA, Guillermo; IBARA, Mario; VARESE, Domingos; TUMIRI, Julio; *et al.* *América Latina: etnodesarrollo y etnocidio*. San José: Ediciones FLACSO, 1982, P.131-145.
- BRANDÃO, C. R. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa**. Redigidas em estado de rascunho durante IV Seminário do observatório de educação do campo. SC/PR/RS realizado em Florianópolis, entre 18 a 20 de março de 2013.
- CANO, R. L.; OPAZO. U. S. C. **Investigación artística em música: problemas, métodos, experiências y modelos**. Barcelona: Fonca-Esmuc, 2014.
- CUNHA, L, H. “Da tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. *Raizes*, Campina Grande, vol.23, nºs 01 e 02, p.10 a 26, jan./dez.2004.
- DOS SANTOS, C. M; BIANCALANA, G. R. **Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas**. *Revista Aspas/vol.7/n. 2/2017*.
- DE CASTRO, F. Níveis de decisões e o manejo dos recursos pesqueiros. In: BIGOSSO, A. (Org.). *Ecologia da Mta Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec; Nepam/Unicamp: Nupaud/USP: Fapesp, 2004.
- DIEGUES, A.C.S. 1995. *Povos e Mares: Leituras em Sócio- Antropologia Marítima*. São Paulo, NUPAUB- USP.
- ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. *Educar*. Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR
- FEENY, J.; BERKES, F.; MCCAY, B.J. e ACHESON, J.M. The tragedy of the commons: twenty-two years later. *Human Ecology*, v. 18 (1): 01-19,1990.
- FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa – Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez.2005.
- FURTADO, L. G. **Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia**, IN: conflitos Ambientais do Brasil. Henri acselrad (organizador) *Relume DCumara*. Fundação Heirinch Böhl. Rio de Janeiro, 2004.p. 57-71.
- FURTADO, L. G. **Características Gerais e Problemas da Pesca Amazônica no Pará**. 1990. Versão Preliminar Apresentada na Monografia *Pescadores do Rio Amazonas*. (M. E. Humanas, Compilador) São Paulo: USP. 1990.

JESUS, N. J. **A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás.** 2010. (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás (UFG) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA).

LOBATO, E. **Caminho de Canoa Pequena história do município de Igarapé-Miri.** 2ª edição. Belém- Pará, 1985.

MACIEL, M. B. P. **Segundo tempo comunidade.** Igarapé-miri-PA, 2017

MACIEL, M. B. P. **Terceiro Tempo Comunidade.** Igarapé-Miri-PA, 2017.

SANTOS, V. B. Inovação social e instituição nos acordos de pesca da Amazônia oriental. In: PALHETA, J. M.; DA SILVA, C. N. **Pesca e Territorialidades: Contribuições para análise espacial da atividade pesqueira.** 1ª Edição. Belém: UFPA, 2011.

OSTROM, E.; GARDNER, R. e WALKER, J. Rules, games, and commun-pool resources. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1994.

SANTIAGO, J. **Igarapé-Miri a verdadeira terra da cachaça: Ascensão e declínio dos engenhos de cana-de-açúcar no município de Igarapé-Miri.** Belém-Pará: Fundação Cultural do Pará Trancredo Neves, 2013.

SANTOS, V.B, et al. **Pesca e Territorialidades: Contribuições para análise espacial da atividade pesqueira.** Belém: UFPA, 2011.

SANTOS, M.S; BIANCALANA, G.R. **Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas.** Revistas Aspam, PPGAC-USP.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Editora UFPR

VERDUM, R. **Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento de desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do subprograma Projetos Demonstrativos (PDA),** p.87-101, 2002.

VERSIANE, D. B. **Autoetnografia: uma alternativa conceitual.** Porto Alegre, v. 37, nº 4, p.57-72, dezembro de 2002.

VIDAL, M. D. **Manejo participativo da pesca na Amazônia: a experiência do ProVárzea.** Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (CEPAM/ICMBio) Manaus, AM. Ciência e Natura, UFSM, 32(2): 97 - 120, 2010.